

EDITORIAL

No período de 21 a 25 de julho de 1997 realizou-se na Unicamp (Campinas, SP) o III Congresso Latino-americano de Administração da Educação, cujo tema básico foi: “Administração da Educação na América Latina: Situação e Perspectivas”. Restabelecendo a tradição iniciada pelo Professor Benno Sander que coordenou os dois primeiros congressos realizados na UnB, esse terceiro evento teve a participação de mais de 300 especialistas e administradores escolares provenientes de diversos países da América Latina. Cabe também registrar a presença de um número considerável de diretores de escolas públicas do estado de São Paulo, estimulados a comparecer a esse encontro científico pela UDEMO (União dos Diretores de Escolas do Magistério Oficial).

Esse congresso foi promovido pelo Departamento de Administração e Supervisão Educacional (DASE/FE/Unicamp), pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE Nacional e Estadual (SP), pelos grupos de pesquisa da Faculdade de Educação da Unicamp – Laboratório de Gestão Educacional (LAGE), Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (GEPES), Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação na América Latina e Caribe (GEPALC) e pela União dos Diretores de Escolas do Magistério Oficial (UDEMO).

Na concretização desse evento científico internacional foi imprescindível o apoio financeiro da Pós-graduação da Faculdade de Educação da Unicamp, do Fundo de Apoio ao Ensino e à Pesquisa (FAEP/Unicamp) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Do conjunto de trabalhos apresentados, seja como conferências, seja como comunicações, foram selecionados aqueles que cobriram seis subtemas articulados de alguma maneira ao tema central do congresso. Estes subtemas são: política e administração da educação no Brasil; política e administração da educação na Argentina; política educacional e gestão da escola pública em Minas Gerais; gestão escolar e participação; organização aprendente; e liderança transacional na educação.

Enquadram-se na temática sobre política e administração da educação no Brasil os textos de Jorge Ferreira da Silva, Magali de Castro, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, e Cristina Rubega em colaboração com Jorge Megid. Jorge Ferreira da Silva procura identificar as características, os fundamentos e as dimensões da globalização contemporânea para, em seguida, discutir as exigências e tendências da política educacional e da administração da educação no Brasil. Magali de Castro analisa o papel primordial da educação no atual contexto de mundialização e o importante papel do administrador na inserção do Brasil no mundo desenvolvido e na superação dos problemas que entravam o desenvolvimento do país. A expectativa é que a educação contribua para a conquista da cidadania para todos, para a eliminação da exclusão social, para a socialização do saber e da cultura e para a conquista da liberdade. O trabalho de Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos discute a política educacional casuística e errática do Brasil nos anos 90 e os ajustes educacionais sintonizados com a doutrina neoliberal e ditados pelos centros hege-

mônicos do capitalismo, especialmente pelo Consenso de Washington. A autora constata que nessa fase de globalização a educação se tem tornado mais uma mercadoria, a serviço de uma nova sociabilidade e do desenvolvimento de valores e atributos importantes no mercado competitivo, onde se integra reduzida parcela de cidadãos. A política educacional brasileira para o ensino técnico, elaborada a partir de orientações de organismos internacionais, é tratada por Cristina Rubega e Jorge Megid no contexto das novas exigências do sistema produtivo e do estado do conhecimento na área de educação e trabalho. Os autores concluem pela inviabilidade das propostas governamentais que estão em contradição com as atuais tendências educacionais na área do trabalho e com as exigências, ambas acenando para profissionais com vasta formação geral e capacidade para solução de problemas, adaptação a novas situações e tomada de decisões.

A política e administração da educação na Argentina é discutida por Sílvia Novick de Senén González, Estela Maria Miranda e colaboradora, Germán Cantero e Susana Celman. O trabalho de Silvia Senén González discute a reforma do Estado Argentino e de seu sistema educacional e analisa suas implicações para a administração e gestão do sistema de ensino pelas Províncias. Seu texto pretende mostrar a contradição entre a lógica do discurso e das propostas de transformação emanadas do governo central e a lógica da dura realidade do sistema de ensino provincial que desafia as melhores intenções do governo. Estela Maria Miranda e Nora Z. Lamfri discutem a relação interdependente entre a pesquisa e avaliação como estratégias de produção de conhecimento e as políticas públicas de educação. Neste novo contexto, o conhecimento especializado e a prática avaliativa passam a ser usados pelo Estado como recurso de legitimação de suas decisões políticas e como estratégia das políticas educacionais de melhoria da qualidade do ensino e de monitoramento do sistema educacional descentralizado. O texto de Germán Cantero discorre sobre a gestão de escolas públicas frágeis e relativamente isoladas que atuam junto aos setores populares e se obstinam em cobrir a ausência do Estado e do mercado. Mesmo na sua precariedade, essas escolas vêm obtendo sucessos “não-produtivos” e pouco controláveis ou avaliáveis e se configuram como ponto de referência para a construção de projetos e estratégias alternativas e para uma utopia possível e necessária que supere o estatismo perdulário e o capitalismo neo-selvagem do deus “mercado”. Finalmente, Susana Celman, em pesquisa realizada no mesmo contexto da conduzida por Germán Cantero, procura caracterizar os processos de gestão de escolas que atuam junto a setores populares e compreender a trama de processos e fatores que constituem os atores institucionais, bem como os modos de relação e interação que qualificam essas equipes de gestão. Essas características emergentes permitem compreender e explicar sucessos pouco frequentes nessas escolas, bem como se constituem em possíveis eixos orientadores dos processos de formação docente.

Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira e Maria José Viana Marinho de Mattos discutem a política educacional neoliberal do governo de Minas Gerais. A primeira analisa as consequências da Qualidade Total nas escolas públicas estaduais e constata que essa política reduziu o fracasso escolar, mas por outro lado provocou a fragilização e o sucateamento do ensino, acarretando a marginalização e desvalorização docentes e aumentando o autoritarismo na gestão da escola básica. A segunda analisa os resultados de um programa de capacitação de docentes no contexto da política educacional do estado de Minas Gerais. Após explicitar os princípios teóricos de embasamento da política educacional do estado, apresenta recortes da reforma educacional mineira no que se referem ao projeto pedagógico e à autonomia da escola para, finalmente, avaliar os efeitos do programa de capacitação de docentes e identificar problemas e desafios nesse processo.

Finalmente, os artigos de Ismael Bravo, José Roberto Heloani e Jorge Lopes tratam, respectivamente, da gestão participativa, da organização qualificante ou aprendente e da liderança transaccional aplicada às instituições escolares. Ismael Bravo mostra como a gestão da integração capacita o gestor a estabelecer a aproximação e integração entre escola e comunidade, culminando numa gestão participativa. José Roberto Heloani apresenta o contraste de comportamento entre as organizações neurotizantes e as qualificantes ou aprendentes, para concluir que, no contexto brasileiro, ainda precisamos da atuação de um Estado Regulador que imponha uma Lei, dê o exemplo através de seus atos e ações concretas e resgate a dignidade e identidade dos trabalhadores. Por último, Jorge Lopes caracteriza o modelo transaccional de liderança organizacional, para concluir que a ótica transaccional é momentânea, previsível, de acurado controle de planejamento, mínima interação organizacional e máxima agenda de benefícios para os próprios líderes.

José Camilo dos Santos Filho
Editor